

Arqueologia da Arquitectura e Património Arquitectónico

A Arqueologia da Arquitectura deve proporcionar conhecimento sobre as formas e funcionalidades das edificações, sobre as técnicas e os materiais com que foram construídas e sobre os usos a que foram sujeitas na sua duração mais ou menos longa. A Unidade de Arqueologia da Universidade do Minho tem participado activamente na afirmação desta nova área de saber, apostando na formação de uma equipa especializada para dar resposta às solicitações de intervenção em monumentos arquitectónicos.

Embora a Arqueologia da Arquitectura esteja a dar os primeiros passos em Portugal, o seu contributo tem vindo a ser progressivamente reconhecido. Especialmente por via dos projectos integrados de intervenção em monumentos classificados, promovidos pelas entidades da tutela – Instituto Português do Património Arquitectónico e Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais. Com base na experiência da Unidade de Arqueologia da Universidade do Minho, pretende-se aqui apresentar esta especialidade ao universo de leitores da **Pedra & Cal**, para quem a salvaguarda do património arquitectónico não pode deixar de constituir motivo de particular interesse. Interesse interpretado pela direcção da

revista na formulação do convite que nos fizeram e que aceitámos com muita satisfação.

ARQUEOLOGIA DA ARQUITECTURA: O QUE É E PARA QUE SERVE?

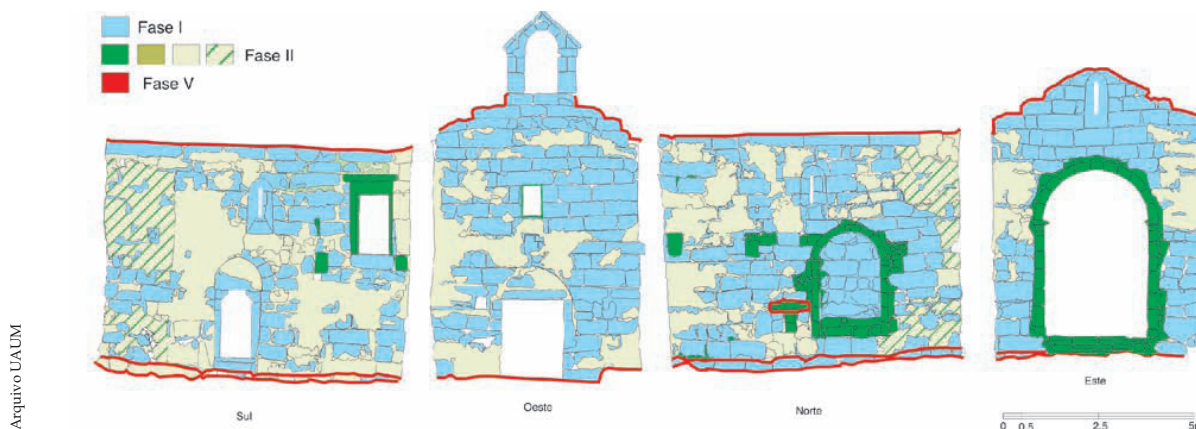
Um monumento arquitectónico foi sempre objecto de construção, de restauro, de reconstrução, de acrescento, de modificação, de adaptação, de usos diferenciados, guardando nas suas diversas partes constituintes um pouco da sua história e da história dos seus diferentes tempos.

Na forma como hoje se apresenta, o património edificado corresponde ao produto final de uma acumulação estratigráfica de elementos construtivos e de relações estabelecidas com o meio – é um verdadeiro palimpsesto

histórico. Porque se configura como contexto arqueológico de longa duração, o património edificado sujeita-se aos princípios e métodos de análise arqueológica, especialmente os correlacionados com a sequenciação estratigráfica.

Assim, entende-se a Arqueologia da Arquitectura como a disciplina através da qual se elabora a história dos edifícios e dos espaços conexos, considerados na sua individualidade construtiva e nos seus contextos sociais, económicos, artísticos e tecnológicos particulares. Nesta perspectiva, é um instrumento de análise imprescindível a qualquer intervenção informada sobre o património edificado.

A Arqueologia da Arquitectura deve proporcionar conhecimento sobre as



Restituição fotogramétrica e leitura estratigráfica dos alçados interiores da nave da Igreja de São Mamede-o-Velho, Vila Verde, Felgueiras

formas e funcionalidades das edificações, sobre as técnicas e materiais com que foram construídas e sobre os usos a que foram sujeitas na sua duração mais ou menos longa.

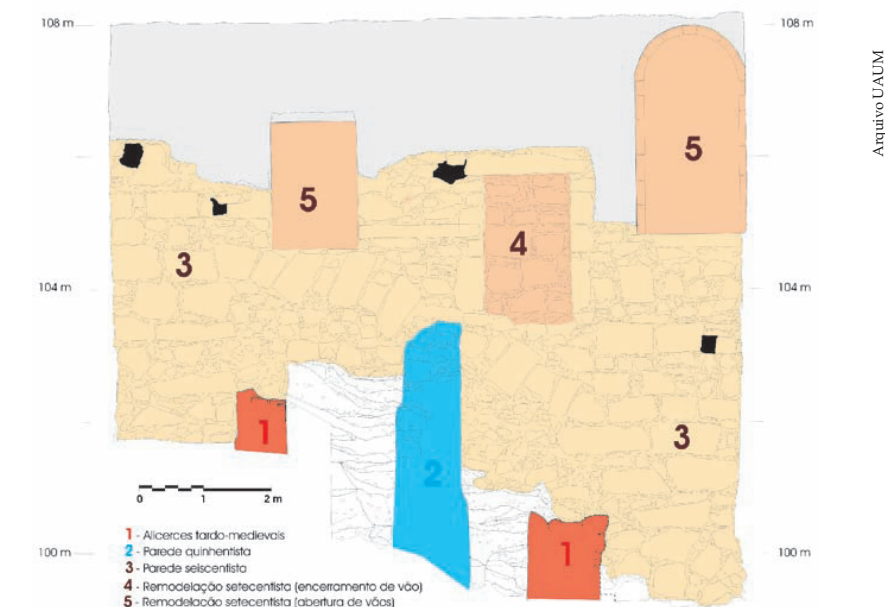
A prática da Arqueologia da Arquitectura determina, necessariamente, a aceitação das obrigações decorrentes do comprometimento social da disciplina com as necessidades de protecção, estudo e gestão do património arquitectónico, como consagram, aliás, as Cartas e Convenções Internacionais.

A este propósito, nunca será de mais relembrar alguns conceitos veiculados pela Carta de Cracóvia 2000, como sejam os de: “Autenticidade” (significa a soma de características substanciais, historicamente determinadas: do original até ao estado actual, como resultado das várias transformações ocorridas); “Conservação” (conjunto de ações de uma comunidade destinadas a fazer com que o seu património e os seus monumentos perdurem, respeitando o significado da identidade do monumento e dos seus valores); e “Restauro” (intervenção sobre um bem patrimonial, com o objectivo de conservar a sua autenticidade e de criar condições à sua fruição pela comunidade).

A EXPERIÊNCIA DA UNIDADE DE ARQUEOLOGIA DA UNIVERSIDADE DO MINHO

Na Unidade de Arqueologia da Universidade do Minho (UAUM) desenvolvem-se projectos de prestação de serviços especializados e/ou de estudo em Arqueologia da Arquitectura, no quadro de protocolos e/ou contratos celebrados com entidades que tutelam património arquitectónico, designadamente o Instituto Português do Património Arquitectónico (IPPAR), a Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais (DGEMN) e câmaras municipais.

A esmagadora maioria dos trabalhos realizados e em curso respeitam a arquitectura religiosa e decorreram da implementação de projectos integrados de valorização dos monumen-



Leitura estratigráfica de alçado no mosteiro de São Martinho de Tibães, Braga

tos. Os primeiros trabalhos iniciaram-se em 1987 na Igreja Velha de São Torcato (Guimarães), prosseguindo depois no Mosteiro de São Martinho de Tibães (Braga), Sé Catedral de Braga, Mosteiro de Santo André de Rendufe (Amares), Igreja de São Gião da Nazaré, Torre de Santiago (Braga) e, actualmente, decorrem na igreja Velha de São Mamede de Vila Verde (Felgueiras).

As sucessivas e diversificadas experiências permitiram aperfeiçoar metodologias, refinar conceitos e adquirir capacidades tecnológicas avançadas, especialmente ao nível da restituição fotogramétrica e modelação 3D, desenvolvendo-se sistemas de registos padronizados e fixando-se rotinas de procedimentos adaptáveis às diferentes exigências que cada intervenção coloca.

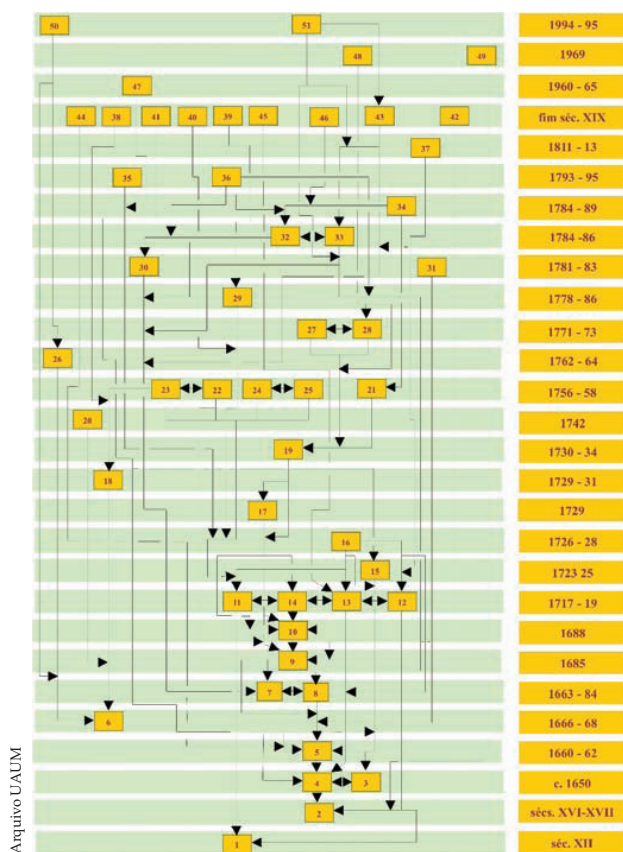
O DESENVOLVIMENTO DA ARQUEOLOGIA DA ARQUITECTURA EM PORTUGAL

A Arqueologia da Arquitectura exige recursos e meios que devem ser contemplados no quadro das políticas de investigação e de valorização patrimonial desenvolvidas pelas entidades da tutela, seja através dos programas de apoio à investigação desenvolvidos

pelo Instituto Português de Arqueologia (IPA) e pela Fundação para a Ciência e Tecnologia (FCT), seja por via dos grandes programas de intervenção em monumentos implementados pelo IPPAR ou os mais modestos programas de conservação e valorização desenvolvidos pela DGEMN.

Estas duas últimas entidades, especialmente o IPPAR, são as responsáveis pela promoção dos primeiros trabalhos de Arqueologia da Arquitectura feitos em Portugal, seja directamente através dos seus técnicos, seja adjudicando os estudos a entidades exteriores.

Do ponto de vista da organização administrativa da Arqueologia, uma competência que em Portugal é das estruturas do Estado, consideramos que não se justifica qualquer autonomização da Arqueologia de Arquitectura. Mas os técnicos das entidades da tutela devem receber formação complementar para poderem apreciar e pronunciar-se sobre projectos de intervenção em monumentos edificados ou em zonas de especial sensibilidade às questões de arquitectura histórica, como são os centros históricos urbanos, no sentido de assegurarem a realização de estudos de Arqueologia de Arquitectura e/ou a elaboração de



Arquivo UAUM

Diagrama das relações estratigráficas das fases construtivas do piso 0 do Mosteiro de Santo André de Rendufe, Amares

pareceres por arqueólogos com competências nesta especialidade.

Esta questão é tanto mais importante quanto se assiste, actualmente, a uma nova orientação da actividade de construção para a recuperação de edifícios antigos, sendo que é nesta actividade de “restauro” de prédios que mais se faz sentir a necessidade de conhecimento, para informar adequadamente os projectos de “recuperação”.

Contudo, não existem ainda condições legislativas e de reconhecimento da disciplina, a par da ausência de equipas capazes de dar resposta em tempo útil, que permitam avançar para a realização de trabalhos sobre edifícios não classificados, erradamente considerados como “arquitectura menor”, o que se traduz em graves perdas para o conhecimento da arquitectura antiga e para o estudo

fomentar esses estudos, tanto pela mais lenta e “alérgica” via administrativa, através de regulamentos condicionantes das intervenções em áreas urbanas com interesse arquitectónico, quer pela mais atractiva e eficaz modalidade de isenção de taxas e apoio técnico aos projectos.

Cabe igualmente aos promotores imobiliários aceitar os custos dos trabalhos de Arqueologia de Arquitectura como custos base do empreendimento, tal como fazem com os custos do projecto de arquitectura, de engenharia, de materiais e mão-de-obra, etc.

Cabe ainda às universidades concretizar a tão desejada interligação com a sociedade, protocolando com as associações empresariais, com as entidades governamentais e com as autarquias, o desenvolvimento de projectos científicos e técnicos, não só

das expressões arquitectónicas do urbanismo.


Considerando que o conhecimento constitui, seguramente, o mais precioso “capital” de qualquer sociedade, agora e no futuro, caberá especialmente ao Estado, em representação dos cidadãos, assegurar a sua produção e divulgação também nesta área da Arqueologia da Arquitectura.

Mas não se pode esperar que o Estado resolva tudo, repetindo vícios velhos de dependência de políticas casuísticas, que vão e vêm de acordo com a maior ou menor sensibilidade dos responsáveis políticos.

Cabe também às câmaras municipais

na área da Arqueologia da Arquitectura mas na área mais global da Conservação do Património.

Nada disto será possível, naturalmente, se não houver formação específica em Arqueologia da Arquitectura, a qual, em nossa opinião, se deve concretizar ao nível das pós-graduações, especializações, mestrados e doutoramentos – o que significa um grande desafio para as universidades, não só para aquelas que possuem licenciaturas em Arqueologia, que terão uma responsabilidade acrescida, mas também para as que proporcionam licenciaturas em Arquitectura e na área da Conservação e Gestão do Património. Situamos ainda neste âmbito da formação a questão, que nos parece crucial, do fomento do diálogo interdisciplinar – porque a prática da Arqueologia da Arquitectura, salvo raras excepções, estará sempre associada a intervenção arquitectónica actual sobre o edificado, os arqueólogos têm que saber dialogar com os outros intervenientes no processo, desde arquitectos e engenheiros até aos proprietários e gestores diversos. Os próximos anos serão fundamentais para a afirmação da Arqueologia da Arquitectura em Portugal, seja pelo aparecimento de equipas de profissionais que reivindiquem o desenvolvimento desta área de actividade, seja pelo seu fomento por iniciativa das entidades governamentais da tutela e das autarquias, seja ainda pela exigência de qualidade por parte dos consumidores.

Por todas estas razões, acreditamos que a Arqueologia da Arquitectura não deixará de dar um contributo significativo para a delicada questão da garantia de qualidade nas intervenções em património. 

LUÍS FONTES,
Arqueólogo, Unidade de Arqueologia
da Universidade do Minho